



40 Anos
1976 - 2016

13º Congresso

Com Confiança Vamos,

Aumentar a Sindicalização!

Lutar por Melhores Salários!

Defender os CCT's e os Direitos Laborais!

Porto, 6 de Julho de 2017



**RESOLUÇÃO POLÍTICA SINDICAL
PARA O QUADRIÉNIO 2017-2021**



13º Congresso

Com Confiança Vamos,

Aumentar a Sindicalização!
Lutar por Melhores Salários!
Defender os CCT's e os Direitos Laborais!

Porto, 6 de Julho de 2017



RESOLUÇÃO POLITICA SINDICAL PARA O QUADRIÉNIO 2017-2021

O 13º Congresso dos trabalhadores dos sectores dos Têxteis, Vestuário, Calçado, Lanifícios, Curtumes, Cordoaria e Redes, Chapelaria, Lavandarias e Tinturarias, realizado no dia 6 de Julho, na cidade do Porto, fez uma rigorosa caracterização das ITVC, avaliou a sua evolução positiva nos últimos anos, 2011-2016, nos ganhos de produtividade, nas exportações, na inovação em novos produtos e serviços, na maior incorporação na cadeia de valor e no aumento do emprego.

O 13º Congresso constatou, perante os excelentes resultados económicos alcançados pelas ITVC no último quadriénio, quão violentas e injustas foram para os trabalhadores as políticas de direita e neoliberais do Governo do PSD-CDS/PP e da troica internacional apoiadas pelo patronato entre 2011 e 2015, nomeadamente o bloqueio à negociação colectiva sectorial e o congelamento das Portarias de extensão, o congelamento dos baixos salários, o roubo dos direitos laborais e sociais, as tentativas de destruir a negociação colectiva sectorial e levar à caducidade do CCT pela ATP. No final do mandato do Governo PSD-CDS/PP as desigualdades entre patrões e trabalhadores nas ITVC tinham aumentado, manteve-se o padrão dos baixos salários e aumentou a intensidade da exploração dos trabalhadores.

O 13º Congresso denuncia à opinião pública e clama perante os trabalhadores das ITVC da injustiça imposta pelo Governo de direita e neoliberal do PSD-CDS/PP e pelo patronato entre 2011 e 2015 ao congelar os salários e cortar nos direitos laborais, quando a produtividade cresceu neste período 23,2%, na têxtil, 16,5% no vestuário e 10% no couro e calçado.

O 13º Congresso reconhece que o contexto político mudou em resultado das eleições legislativas de 2015, onde o PSD e CDS/PP foram reduzidos a uma minoria de deputados na Assembleia da República e consequentemente foram afastados do Governo. A tomada de posse de um Governo do Partido Socialista que resultou de uma nova correlação de forças e das posições conjuntas subscritas entre o PS, o PCP, BE e PEV, permitiu reverter direitos laborais e sociais roubados pelo anterior Governo, aumentou ainda que de forma insuficiente o Salário Mínimo Nacional, mas muito ainda há a reverter, nomeadamente a eliminação unilateral dos CCT's pela norma da caducidade e a introdução do princípio do tratamento mais favorável.

O 13º Congresso denuncia as intervenções falaciosas do patronato sobre a alegada falta de trabalhadores qualificados para laborarem nas ITVC e suas causas, falácias que são propagadas pelos órgãos de comunicação social sem as sujeitar ao contraditório dos trabalhadores e das suas organizações sindicais.

O 13º Congresso considera que as principais causas da dificuldade em atrair jovens trabalhadores qualificados para as ITVC estão associadas às políticas de sucessivos governos que: apoiaram e facilitaram o desemprego de 214.000 trabalhadores entre 1990 e 2010; apelaram à emigração dos trabalhadores desempregados e aos jovens qualificados; incentivaram à situação de pré-reforma de trabalhadores desempregados com menos de 60 anos; cortaram nos apoios à formação profissional; permitem a inexistência de transportes colectivos que garantam a mobilidade dos trabalhadores de casa para o emprego num conjunto de concelhos de elevada concentração das ITVC; eliminaram um vasto conjunto de serviços públicos essenciais à vida quotidiana dos cidadãos forçando à migração dos mais jovens para o litoral.

O 13º Congresso releva que as práticas do patronato também não estão isentas de responsabilidades na falta de trabalhadores, nomeadamente: o despedimento em 20 anos de 214.000 trabalhadores, a maioria com elevada experiência e competências, criando uma imagem negativa e de insegurança sobre o futuro das ITVC; a manutenção de uma matriz de baixos salários num contexto de elevado crescimento da produtividade o que é verificado pela retribuição média mensal paga em 2015 aos trabalhadores qualificados de 586,42 euros, apurada pelo Ministério do Trabalho; a estagnação profissional uma vez que o patronato recusa negociar carreiras que dignifiquem as profissões e valorizem as competências adquiridas; os elevados e violentos ritmos de trabalho acompanhados de diferentes formas de assédio, que dão origem a doenças psicossociais não reconhecidas e à ingestão de antidepressivos; a utilização de modelos de organização do trabalho arcaicos que privilegiam a repetição e a monotonia das funções durante 8 a 10 horas por dia provocando doenças músculo esqueléticas como as tendinites que hoje afectam gravemente a vida quotidiana de milhares de mulheres e homens.

O 13º Congresso não tem dúvidas em afirmar de que, se forem alteradas as políticas e eliminadas as práticas do patronato, não faltarão jovens trabalhadores qualificados disponíveis para laborar nas ITVC.

O 13º Congresso considera que as ITVC portuguesas terão futuro se ao nível nacional e da União Europeia foram decididas políticas de apoio às indústrias, á inovação e ao desenvolvimento de novos produtos e serviços. É indispensável uma aposta num modelo de desenvolvimento ancorado na inovação, em novos produtos e serviços, em trabalhadores mais qualificados e melhor remunerados em particular os trabalhadores da produção, ainda hoje sujeitos à velha matriz dos baixos salários.

O 13º Congresso considera relevante para o futuro das ITVC e o emprego dos trabalhadores, a negociação de normas sociais e ambientais em sede da Organização Mundial do Comércio (OMC), por forma a garantir as condições da sã concorrência e reciprocidade na circulação dos produtos e serviços, fora do espaço da União Europeia.

O 13º Congresso releva a elevada importância da fileira das ITVC para as regiões onde estão instaladas, para a economia nacional, o seu contributo significativo para melhorar a balança comercial, empregam directa e indirectamente mais de 200.000 trabalhadores e reafirma a defesa intransigente do emprego dos trabalhadores junto das instituições nacionais e europeias.

O 13º Congresso assume que a contratação colectiva sectorial e de empresa têm um papel determinante na melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e o seu exercício numa lógica de progresso é orientada para a consolidação dos actuais direitos, conquista de novos direitos e a superação da matriz dos baixos salários imposta pelo patronato. Esta orientação colide com a visão e as propostas do patronato numa lógica do retrocesso dos direitos e no aumento das desigualdades, modelo que denunciamos, rejeitamos e nos comprometemos a mobilizar os trabalhadores contra tais objectivos.

O 13º Congresso considera que a sindicalização é determinante para a vida dos Sindicatos e do MSU, decisiva para o seu reforço, da sua actividade e influência e para a sua capacidade de organizar os trabalhadores para a luta em defesa dos seus direitos e interesses de classe. Esta é a base principal e a condição para garantir a autonomia, a independência e a capacidade de sustentação dos Sindicatos e do MSU. Num contexto de crescimento do emprego nas ITVC estão criadas condições para com confiança, desenvolvermos a actividade sindical com vista a aumentar a sindicalização e apostar de forma ousada em trabalhadores jovens que revelem qualidades, firmeza, consciência de classe, prestígio e dedicação aos trabalhadores, para serem eleitos delegados e dirigentes sindicais.

O 13º Congresso releva os seguintes objectivos e orientações para o quadriénio de 2017 – 2021:

1. DEFESA DOS SECTORES E DO EMPREGO

O Estado tem de:

- Assumir políticas de desenvolvimento industrial e de apoio às ITVC, garantindo novos empregos estáveis;
- Tomar medidas contra as falências fraudulentas, responsabilizar os patrões pelo pagamento aos credores em particular aos trabalhadores de acordo com as normas legais e não lhes concedendo alvarás para as mesmas ou outras actividades económicas, industriais ou comerciais;
- Apoiar através de investimentos financeiros públicos, a inovação em produtos e serviços, na modernização dos sectores e empresas de forma rigorosa e transparente, criando para tal uma comissão de acompanhamento em que participem todos os parceiros sociais sectoriais;
- Criar a etiqueta made in Portugal;
- Condicionar os apoios públicos às empresas ao cumprimento dos direitos sociais, contratuais e legais dos trabalhadores, tal como se verifica em relação ao cumprimento dos deveres destas perante o Estado;
- Combate à economia clandestina e a contrafacção, geradoras de concorrência desleal e de relações de emprego ancoradas na ausência de normas;
- Assumir muito claramente uma postura junto da União Europeia de defesa dos interesses dos sectores TVC portugueses, o que exige da UE ter uma verdadeira politica industrial que apoie e desenvolva a inovação, a investigação em novos produtos e serviços, que introduza a etiqueta de origem nos produtos importados de fora da UE e consumidos no mercado europeu.

2. MELHORES SALÁRIOS E VALORIZAÇÃO DAS PROFISSÕES

- Dinamizar a negociação colectiva nas empresas, com o objectivo de elevar os salários e os direitos para patamares superiores aos CCT's sectoriais, que tendem por imposição do patronato a fixar mínimos;
- Propômo-nos informar e mobilizar os trabalhadores dos nossos sectores para a luta por salários de base mínimos de 600,00 Euros/mês em 2018, bem como a actualização anual do Salário Mínimo Nacional;
- Lutar pela negociação da melhoria dos salários reais dos trabalhadores, afastando-os do salário mínimo nacional, impondo uma maior justiça social e uma distribuição mas equitativa dos ganhos de produtividade.
- Mobilizar os trabalhadores da cordoaria e redes contra o congelamento dos salários impostos pela associação patronal desde 2010, exigindo a negociação e a melhoria dos salários;
- Continuar a denúncia e a luta pela defesa do CCT negociado com a ATP, dos direitos e da melhoria dos salários,
- Valorizar os salários enquanto componente estável da retribuição, através da regulamentação pela via da negociação colectiva, das várias componentes de remuneração;
- Combater todas as formas de discriminação profissionais e salariais existentes que atingem em particular as mulheres trabalhadoras, defendendo o princípio, trabalho igual, salário igual;
- Dignificar as profissões e valorizar as competências adquiridas.

3. REDUÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO

- Propômo-nos mobilizar os trabalhadores para a reivindicação da redução do tempo de trabalho semanal, de forma progressiva, para as 35 horas.

4. EMPREGO COM QUALIDADE E RESPEITO PELOS DIREITOS

Lutar por emprego com qualidade e os direitos dos trabalhadores, implica, entre outras medidas:

- Que os direitos legais dos trabalhadores (Leis e CCT) sejam integralmente aplicados;
- Salários justos que permitam responder não só às necessidades básicas dos trabalhadores e suas famílias mas também a possibilidade de usufruir de razoáveis padrões de cultura e lazer;
- Uma duração e organização do tempo de trabalho que permita aos trabalhadores compatibilizar o tempo de trabalho, com o tempo necessário para a vida familiar e o tempo para o lazer e a cultura;
- Níveis de escolaridade elevados e qualificações profissionais com actualização continua;
- Emprego estável, numa linha de combate á precariedade, em que cada posto de trabalho permanente tenha um trabalhador com vínculo efectivo.
- Promover uma campanha sobre o lema “mais conformidade entre as normas legais e contratuais e as práticas patronais nas empresas”.

5. PENSÕES DE REFORMA

Combater todas as medidas que visem diminuir as pensões de reforma, reclamar a atualização dos montantes de todas as pensões, defender um regime de antecipação da idade legal de reforma, que tenha como base a duração da carreira contributiva igual ou superior a 40 anos, independente da idade e sem penalização.

6. ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Sendo o ensino e a formação profissional um dos importantes eixos do desenvolvimento e do progresso social, impõe-se necessariamente:

- Que o Estado português assegure o direito constitucional à educação e ao ensino, garantindo a igualdade de oportunidades no acesso a todos os graus de ensino, aos filhos dos trabalhadores;
- Que o Estado português assuma o ensino e a formação como um vector estratégico para o aumento da qualificação dos trabalhadores e da valorização profissional, e por essa via, do aumento da produtividade e da competitividade;
- Criação de condições que permitam facilitar mais o acesso ao ensino, sobretudo das famílias mais carenciadas, bem como, medidas de apoio social com vista a evitar o abandono escolar;
- Medidas que reforcem o Ensino Técnico-Profissional;
- Como forma de combater a exclusão social e garantir o direito de acesso ao emprego, o Estado deverá dar maior atenção aos programas de formação e reconversão profissional dos trabalhadores com baixos níveis de escolaridade e qualificação.
- O patronato, por sua vez, terá de considerar a formação contínua como um dos pilares fundamentais da melhoria da produtividade, como tal, deverá considerar a formação como um investimento e não como um custo;
- Exigência junto do Governo e das Associações Patronais do direito da FESETE participar na gestão dos centros protocolares de Formação Profissional existente nas ITVC.

7. ORGANIZAÇÃO / SINDICALIZAÇÃO

1. Aumentar as actividades da Acção Sindical Integrada nas empresas, nomeadamente nas micro e PME's.
2. Os Sindicatos, deverão empenhar-se na sindicalização de 7.000 novos associados, no período 2017 – 2021.
3. Reforçar a organização sindical nas empresas, elegendo 160 delegados sindicais, com prioridade nas grandes e médias empresas, renovar e rejuvenescer a rede de delegados e dirigentes sindicais.
4. Eleição de 50 representantes para a área da SST, nas empresas onde temos organização sindical.

Porto, 6 de Julho de 2017

O 13º CONGRESSO

Aprovada por maioria, com 1 voto contra